

Sumário

Prefácio à Segunda Edição	VII
Introdução	XI
Capítulo 1 - A Propriedade no Resgate do Coletivo	1
1.1. Abordagem estrutural da propriedade	8
1.2. Dimensão histórica: trata-se da propriedade moderna (la <i>propriété</i>)	11
1.3. Dimensão econômica: o ter como substância	18
1.4. Dimensão política: o coletivo absorvido pelo Estado	20
1.5. Dimensão jurídica: como forma, apenas	23
1.6. Dimensão axiológica: a ética proprietária <i>erga omnes</i> <i>et erga omnia</i>	26
1.7. Aspectos positivos do modelo da propriedade moderna: revisão estrutural	29
1.8. Resgate da propriedade na Pós-Modernidade	34
1.9. A propriedade romana como contraponto	36
1.10. A propriedade constitucional: duelo de paradigmas	41
1.11. Propriedade comum e especial: dois perfis e um paradigma a construir	44
1.11.1. A Propriedade comum	44
1.11.2. As Propriedades especiais	47
Capítulo 2 - Função Social da Propriedade	69
2.1. O perfil jurídico-político da função social no ordenamento brasileiro	71
2.2 O aspecto estrutural da função social	79
2.3. Um Contraponto histórico: a república romana	85
2.4. A dimensão coletiva da propriedade contemporânea no Ordenamento Jurídico brasileiro	109

2.5. O arcabouço constitucional do coletivo e da função social	118
2.6. O perfil teórico e doutrinário da função social da propriedade: duas faces	122
2.7. O perfil doutrinário da função social entre autores brasileiros	128
2.8. A jurisprudência brasileira: um dilema	130
Capítulo 3 - Exercício e Tutela dos Direitos Coletivos	135
3.1. O Perfil do exercício e da tutela dos direitos	138
3.2. O exercício e a tutela dos direitos no paradigma participativo	141
3.3. O contraponto romano na tutela do coletivo: equilíbrio das instituições	149
3.4. O processo coletivo legislativo	152
3.5. O processo administrativo coletivo	160
3.6. O processo coletivo judicial	164
3.7. Coletivo difuso e coletivo propriamente dito	169
3.8. O processo romano de contraponto	171
3.9. Movimento de codificação do direito processual coletivo: limitado ao parâmetro dos interesses difusos	180
3.10. Em suma, o novo perfil do exercício e da tutela dos bens coletivos	191
3.11. A Transformação do direito privado em face da autonomia jurídica do coletivo constitucional	197
Conclusão	201
Referências Bibliográficas	207